Como ouvir “falas aleijadas”? Metodologia de pesquisa em design anticapacitista

Juliana Câmara Silveira <jcamara@esdi.uerj.br>

Acessibilidade, Design anticapacitista, Expografia, Interseccionalidade

Este artigo analisa os caminhos metodológicos de uma pesquisa sobre expografia anticapacitista, que adota uma abordagem participante, por meio de entrevistas qualitativas, revisão bibliográfica e estudos de caso, envolvendo pessoas com deficiência que atuam na expografia. No presente artigo, examino as entrevistas realizadas no âmbito deste trabalho, no sentido de destacar sua importância no processo de construção de um conhecimento a partir de múltiplas vozes, e de compartilhar desafios e aprendizados sobre a escuta de pessoas com deficiência em pesquisas acadêmicas.

1 Introdução

Este artigo visa compreender os caminhos metodológicos aplicados em uma pesquisa sobre expografia anticapacitista, que investiga se e como projetos expográficos têm incorporado a acessibilidade e o papel do design na construção de exposições anticapacitistas. Por exposições anticapacitistas, nos referimos a exposições cujos projetos expográficos seguem princípios do design anticapacitista: uma abordagem de design que busca criar produtos e serviços que sejam acessíveis para pessoas com diferentes tipos de deficiência, eliminando barreiras que possam limitar sua participação.

A maior parte dos estudos e manuais sobre acessibilidade no design adota um viés puramente técnico, focando-se na eliminação de barreiras físicas, sensoriais, cognitivas, comunicacionais e atitudinais. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), define barreiras como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros”.

Além de pouco estudado, o tema do anticapacitismo ainda precisa avançar muito no âmbito das exposições e outras produções culturais, como afirma Claudio Rubino.

> Embora tenhamos progressos significativos, ainda há uma lacuna importante em relação à acessibilidade no amplo espectro cultural e simbólico, reflexo da forma como as produções culturais abordam DEFs, muitas vezes a partir de uma perspectiva de público passivo, carente e com falta, em

> vez de considerar o aleijo como uma diferença ou singularidade valiosa. É necessário mudar essa perspectiva e adotar uma Cultura do Acesso que valorize a diversidade e promova enquanto profissionais e artistas (Rubino, 2025, p.151).

Na investigação como um todo, realizo uma pesquisa participante em que diálogo diretamente com DEFs[1] ou pessoas com deficiência (PcD)[2] que trabalham com expografia, realizando entrevistas qualitativas, revisão bibliográfica e estudos de caso. No presente artigo, tratarei especificamente sobre as entrevistas realizadas no âmbito deste trabalho, no sentido de destacar sua importância no processo de construção de um conhecimento a partir de múltiplas vozes, e de compartilhar desafios e aprendizados sobre a escuta de pessoas com deficiência em pesquisas acadêmicas.

Minha abordagem considera a diversidade das capacidades humanas, valorizando a experiência e as necessidades das pessoas com deficiência e o seu envolvimento no processo de design, garantindo que suas perspectivas e necessidades sejam refletidas nas soluções.

Para isso, parto do conceito de ponto de vista (standpoint view) de Patricia Hill Collins e do lema do movimento global de pessoas com deficiência, “Nada sobre nós sem nós”, que me embasam teoricamente e politicamente, assim como a noção de design participativo e relacional. Em seguida, passo a uma apresentação sobre as entrevistas realizadas na pesquisa, analisando seus potenciais e desafios como metodologia para ampliar e/ou garantir a escuta de pessoas com diferentes deficiências.

2 Pessoas com deficiência no centro: uma premissa metodológica e política

Escutar pessoas com deficiência é o primeiro passo para desenvolver uma expografia anticapacitista - e também para uma pesquisa sobre expografia anticapacitista. Essa premissa se baseia, por exemplo, no conceito de ponto de vista (standpoint view, ou feminist standpoint) de Patricia Hill Collins, que é uma das bases da ideia de “lugar de fala”, amplamente difundida no Brasil a partir da obra de Djamila Ribeiro (2017). Collins explica que “o standpoint theory refere-se a experiências historicamente compartilhadas e baseadas em grupos”, considerando que “grupos têm um grau de continuidade ao longo do tempo de tal modo que as realidades de grupo transcendem as experiências individuais” (Collins, 1997, p.9). O ponto de vista ou posição trata de como determinados grupos se localizam nas relações de poder, e de como suas condições sociais permitem ou não que acessem lugares de cidadania.

[1] DEF é um termo usado na abreviação da palavra deficiência, para se referir a pessoas com deficiência (PcD), sob a perspectiva de uma outra construção identitária, crescentemente utilizada pelas novas gerações de artistas, pesquisadores e ativistas PcD. Uma das criadoras do termo é Carolina Teixeira.

[2] O termo Pessoa com deficiência (PcD) foi definido na Convenção das Nações Unidas, sendo aprovado em 13 de dezembro de 2006 pela Assembleia Geral da ONU e é utilizado no Brasil desde 2007. A avaliação do termo dá maior ênfase para o ser humano e não na sua limitação, como eram usados os termos anteriores “pessoa portadora de deficiência”, “pessoa deficiente” ou “pessoa com necessidades especiais”.

> É possível falar de lugar de fala a partir do *feminist standpoint*: não poder acessar certos espaços acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir (Ribeiro, 2017, p.64).

Isso também significa que todo mundo tem lugar de fala - ou seja, todas as pessoas podem falar a partir de sua localização social. Pensar nosso próprio lugar de fala é uma postura ética, pois, como disse Rosane Borges “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo” (Moreira & Dias, 2017 apud Ribeiro, 2017, p.84).

Nesse sentido, afirmo meu lugar de fala enquanto autora: sou uma mulher branca, cis, lésbica, sudestina, sem deficiência. Meu envolvimento com o tema da acessibilidade e dos direitos das pessoas com deficiência se deu a partir do cruzamento da minha prática profissional com questões pessoais. Atuo há mais de 20 anos em um estúdio dedicado ao design de exposições, e meus sócios e eu tínhamos familiares com deficiência e/ou idosos, com mobilidade reduzida, que enfrentavam barreiras ao seu direito à cidade e à cultura. Isso me motivou a pesquisar o tema e a buscar práticas cada vez mais inclusivas e anticapacitistas, assim como me cercar de uma rede de especialistas, consultores e ativistas DEFs.

Cabe destacar, inclusive, que todas as pessoas, a partir de seus respectivos lugares de fala e posições, têm um papel na luta por direitos das pessoas com deficiência e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Uma sociedade acessível e anticapacitista é boa para todas as pessoas, não apenas para as pessoas com deficiência. Nesse aspecto, é pertinente mencionar o conceito de diversidade funcional, que rompe o binarismo com-sem deficiência e defende que as pessoas estão em um espectro de “habilidades” e possibilidades corporais, físicas, mentais e cognitivas, que inclusive variam ao longo de nossas vidas (Pereira, 2009).

Nessa jornada, além de adotar o lugar de fala e o ponto de vista de Ribeiro e Collins como premissa teórico-metodológica, parto do lema do movimento de pessoas com deficiência como premissa política. “Nada sobre nós sem nós” é um lema que exige participação ativa e protagonismo de PcD na formulação de políticas e decisões que as impactam. Originado em contextos internacionais de direitos humanos, o lema ganhou força durante a construção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (CDPD), em 2006 (ratificada pelo Brasil), e desde então vem sendo difundido por ativistas DEFs globalmente.

> A CDPD tem como propósito proteger e assegurar as condições de igualdade dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência e, por isso, torna-se um forte instrumento de ação política na medida em que agrega, ao seu arcabouço jurídico, um instrumento de

> pesquisa, conhecimento e ação. O Preâmbulo da CDPD reconhece que a deficiência é um conceito em evolução, mas realça também que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária (BRASIL, 2009). Dessa forma, a ampliação da participação social das pessoas com deficiência pode ocorrer pela minimização das barreiras que as afetam na vida diária. (Gomes et al, 2019, p.3)

Como designer de exposições, outra base teórica que assumo para minimizar as barreiras que afetam os DEFs é o design participativo. Noronha (2024, p.118) defende que, para superar as armadilhas coloniais, o design precisa mergulhar em práticas participativas. Nesse sentido, além de participativo, é necessário adotar um design relacional, que prioriza as relações e interações entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo. Ao articular participação e relacionalidade, o design pode criar conexões e favorecer processos mais colaborativos. O design relacional e participativo pode "contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, que não introduz conceitos totalizantes, mas outras formas de pensar e fazer design." (Almeida, 2020, p. 20).

Praticar um design participativo e relacional implica revisar processos a partir do diálogo e da coconstrução com artistas com diferentes deficiências, experiências, linguagens e territórios. Trata-se de construir em conjunto todas as etapas, desde a comunicação visual até a seleção e o uso das ferramentas assistivas.

É a partir desse alicerce teórico e político que me coloco em interlocução, com a escuta ativa e atenta às "falas aleijadas"(Rubino, 2025, p. 142) . "Expressões violentas como "aleijado" estão em processo de ressignificação pela Cultura DEF, protagonizada por artistas e atores sociais, assim como a luta do movimento LGBT+ por visibilidade e respeito reivindicando expressões que eram deferidas para ofender, inferiorizar e ferir" (Rubino, 2025, p. 145). Inspirado na Teoria Crip ou aleijada de Robert McRuer[3], João Paulo Lima propõe "pensar "falas" como uma comunicação para além do trato vocal, mas ampliar a consideração de falas gagas, falas de surdos oralizados, falas de pessoas com distonias, paralisias, falas-olhos, falas-pés, falas-psicoatípicas" (Lima, 2023 p. 67). Podemos e sabemos ouvir essas falas?

3 Escuta da "fala aleijada": experiências e denúncias

No âmbito de minha investigação sobre expografia e acessibilidade, um de meus objetivos é mapear e visibilizar as demandas e propostas de profissionais e ativistas com deficiência para o design, principalmente para a expografia. Para cumpri-lo, o primeiro passo foi definir o método que seria seguido: se utilizaria um formulário que seria divulgado mais amplamente para redes e instituições voltadas à causa PcD, para alcançar dezenas de respostas, ou se

[3] Teoria Crip o que é..

faria uma coleta qualitativa direcionada para um público menor, mais especializado, através de entrevistas. É importante reforçar que ambas as técnicas seriam direcionadas exclusivamente a pessoas com deficiência.

Em formulários e questionários, “roteiros altamente estruturados e de questões fechadas truncam o discurso do sujeito e ainda que permitindo, às vezes, uma análise quantitativa interpretativa, a tornam difícil e podem mesmo enviezá--la” (Alves & Silva, 1992, p.8, 9). Nesses modelos, as palavras assumem conotações de definições operacionais exatas, e os resultados são frequentemente apresentados em tabelas e gráficos que "falam por si sós". A opção do formulário poderia buscar características mais amplas, quantitativas, mais diversas e menos específicas, quando se aplica através de perguntas e respostas objetivas. Formulário, como pesquisa, baseia-se na noção estatística de amostra e busca resultado com um conjunto de usuários, permitindo generalizações.

Já o método qualitativo ou entrevistas, segundo Alves e Silva (1992), utiliza roteiros semiestruturados ou livres, compostos por perguntas abertas que visam "evocar ou suscitar" uma verbalização que expresse o modo de pensar, crer e sentir a pessoa entrevistada. A entrevista tem maior potencial de ser mais flexível e dialógica, que permite aprofundar temas emergentes durante a conversa e explorar nuances das experiências individuais.

Nesse sentido, como pesquisadora, compreendi que era fundamental ouvir profissionais que atuam no campo das exposições por meio de um processo mais artesanal, que exige o exercício da intuição, da imaginação e da sensibilidade na atribuição de significado aos dados. Meu objetivo era compreender, a partir das experiências e percepções de pessoas com deficiência, de que modo a acessibilidade tem sido efetivamente incorporada nas exposições contemporâneas, considerando tanto os aspectos materiais quanto os comunicacionais das experiências expográficas.

Dessa forma, a entrevista mostrou-se o método mais adequado para este fim. Após a definição do método, foi elaborado um roteiro, seguido da formulação do questionário e, posteriormente, do mapeamento e seleção das pessoas entrevistadas. Estabeleceu-se a realização de sete entrevistas, número considerado suficiente para garantir diversidade de perspectivas e possibilitar triangulações entre as respostas.

O roteiro incluiu 10 perguntas, divididas em 04 blocos: trajetória (contexto profissional), processos (implementação da acessibilidade), papel do design e avaliações críticas ao design anticapacitista. Dois exemplos de perguntas foram: “Em que momento a acessibilidade é incorporada ao projeto expográfico?” e “Como você avalia o impacto das ações de acessibilidade nas experiências do público?”.

No processo de mapeamento, definiu-se que seriam convidadas pessoas que atuam em diferentes frentes relacionadas à expografia, como curadoria, museologia, artes, consultoria,

desenvolvimento de ferramentas assistivas, mediação, educação museal, produção e educação. Para ampliar a diversidade expográfica e de experiências, buscou-se dialogar com pessoas com diferentes deficiências, como deficiência visual, nanismo, surdez, autismo e deficiência física. Ainda que seja impossível contemplar todas as deficiências, quanto maior a diversidade considerada, maior a variação de corpos, perspectivas e modos de pensar e atuar no campo das exposições. A partir de uma abordagem interseccional, buscou-se, ainda, que o grupo de pessoas entrevistadas tivesse diversidade racial, etária e regional/territorial.

Desde o contato inicial para os convites até a realização das entrevistas, foram utilizados recursos e ferramentas de acessibilidade, como linguagem simples, audiodescrição e interpretação em Libras. As entrevistas realizadas até o momento ocorreram de forma online, possibilitando a ampliação do alcance da pesquisa, em função da flexibilidade de horários e da eliminação de barreiras geográficas. Para cada caso, foram consideradas modos de comunicação necessários. Com a pessoa entrevistada surda, por exemplo, contamos com um intérprete de Libras - Língua Brasileira de Sinais.

A escolha da plataforma Zoom, em sua versão paga, permitiu a realização de sessões ilimitadas e a gravação integrada das entrevistas, além de favorecer uma proximidade necessária para “mergulhar na vida do outro”, condição fundamental para compreender processos de percepção, apropriação e atribuição de sentido às experiências de acessibilidade em exposições. Todas as pessoas participantes assinaram o termo de autorização para uso de imagem e de seus nomes no âmbito da pesquisa.

Para a etapa de transcrição, utilizou-se a plataforma TurboScribe, que gerou versões automáticas posteriormente revisadas manualmente, com o objetivo de corrigir imprecisões decorrentes de dicção ou variações de pronúncia. A revisão das gravações em vídeo também contribuiu para organizar e distinguir de forma precisa as falas da pesquisadora e das pessoas entrevistadas.

A partir da análise das respostas das pessoas entrevistadas, relacionada aos objetivos das entrevistas e da pesquisa, foi feita uma categorização das respostas, estruturada em dois eixos: presente e futuro. No eixo “presente”, reuniram-se considerações sobre o panorama atual da acessibilidade nas exposições, trazendo um breve diagnóstico. Esse eixo incluiu as seguintes categorias: atuação na acessibilidade (descrição da atuação do profissional entrevistado), barreiras identificadas e processo atual (descrição do processo de acessibilizar exposições). E no eixo “futuro”, foram organizadas as informações sobre práticas desejáveis para que cheguemos a uma expografia anticapacitista. Nesse sentido, as categorias utilizadas foram: recursos de acessibilidade fundamentais, processo desejado, participação das pessoas com deficiência, público e impacto da experiência, papel do design na acessibilidade,

exposição anticapacitista e exemplos de boas práticas. Apenas uma das entrevistas não preencheu todas as categorias.

A categorização nos permite ler os conceitos e questões chave da pesquisa a partir das vozes, saberes e experiências dos profissionais entrevistados. Um dos entrevistados, Danilo Souza, Diretor de Acessibilidade Digital na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo, trouxe uma questão fundamental para a pesquisa, destacando que a acessibilidade não é universal nem automática: “a acessibilidade é contextual. Ao mesmo tempo em que é possível sistematizar boas práticas, eu acho que é preciso a gente ter um olhar individual para cada situação, ou para cada contexto, para pensar o que é acessibilidade naquela situação ou contexto” (Souza, 2025, informação verbal). Essa avaliação só seria possível por alguém que tenha sensibilidade, vivências práticas e que pense de forma situada a causa PcD.

As “falas aleijadas” trazem também experiências e denúncias sobre a ausência de profissionais PcD na expografia e nos museus e espaços culturais. Como afirmam profissionais entrevistados, “não tem tantas pessoas como deveriam ter com deficiência nas equipes museológicas” (Portella, 2025, informação verbal). “Não existe um trabalho sério de acessibilidade, sem consultoria de um profissional com deficiência. Ele tem que participar desde sempre, desde a concepção, desenvolvimento, conclusão e pós-implementação.” (Monteiro, 2025, informação verbal).

Com a categoria “exposição anticapacitista”, buscamos coconstruir a ideia central da pesquisa, sem partir de noções pré-concebidas e desincorporadas de expografia, design e acessibilidade. Em diálogo com as pessoas entrevistadas, destacamos quatro características centrais de exposições anticapacitistas.

A primeira diz respeito ao processo de desenvolvimento das exposições, que necessariamente demanda muito estudo e pesquisa com PcD:

> Muito estudo, muito mapeamento, um processo de investigação muito cuidadoso (...) precisaria ser algo realmente pensado, cuidadosamente, nos seus campos mais sutis, sem ela ser sistematizada, porque, decente ou não, nós somos operacionalizados e sistematizados desde o momento que a gente entra no museu e a gente sai. (Teixeira, 2025, informação verbal)

A segunda destaca que, mais do que sobre recursos, uma exposição anticapacitista é sobre pessoas, pois são elas que realmente tornam os recursos próximos e acessáveis.

> É muito comum em exposições o recurso de acessibilidade não estar acessível. O que é isso? Eu chego lá para poder ouvir a audiodescrição e eu preciso pegar um mp3 player, por exemplo. Esse mp3 player está na gaveta, dentro do armário, com a chave do diretor, que passa para o gerente, que tem que pedir para o educador, que vai ligar não sei para quem. Às vezes as pessoas se concentram em acessibilidade somente no recurso. Mas tem várias outras coisas que envolvem. O recurso de acessibilidade tem que estar acessível, tem que estar próximo. (Monteiro, 2025. informação verbal)

Outro ponto central é que a exposição anticapacitista não acolhe apenas PcD. Ela é “a soma de um ambiente físico, um ambiente informacional e um ambiente atitudinal que estão a favor da inclusão de pessoas” (Souza, 2025, informação verbal), de todas as pessoas, independente das barreiras que cada grupo enfrenta. “Para eu pensar sobre anticapacitismo, eu tenho que pensar também sobre o etarismo, tenho que pensar também sobre questões de gênero” (Souza, 2025, informação verbal), além de questões de raça, território, etc. “Uma exposição anticapacitista é quando ela tenta pensar e entender que as pessoas são diferentes.” (Portella, 2025, informação verbal).

Por fim, a quarta característica inegociável das exposições anticapacitistas é que elas promovem necessariamente experiências coletivas. “Além da experiência pessoal, tem que ser a soma da experiência de várias pessoas dentro desse ambiente que intenciona ser um ambiente anticapacitista, para que a gente realmente consiga dizer que alcançou.” (Souza, 2025, informação verbal)

> É preciso pensar junto e pensar também trazendo as pessoas, que vivenciam as deficiências ou que conhecem a realidade de pessoas com deficiência, pessoas que estão nas escolas, as mães, os pais, para que, de algum modo, isso seja pensado conjuntamente, para que se crie realmente um evento, mais do que uma proposta curatorial, uma proposta comunitária mesmo. (Teixeira, 2025, informação verbal)

4 Considerações finais

A análise demonstrou que a importância das entrevistas para a pesquisa está em afirmar que acessibilidade não se define apenas por normas ou boas práticas, mas pela escuta qualificada de quem experiencia os espaços culturais a partir de corpos e percepções diversas, tornando o conhecimento produzido mais crítico, situado e comprometido com a transformação dos próprios modos de projetar e pensar em exposições. As entrevistas contribuíram para a visibilização das pessoas com deficiência, especialmente no que se refere à sua atuação no campo das exposições, compreendendo essa presença como um marcador político.

Ao ouvir diretamente as pessoas com deficiência, a pesquisa se alinha aos princípios do design participativo e do design anticapacitista, reconhecendo os sujeitos com deficiência como agentes produtores de conhecimento, e não apenas como público-alvo. Escutar “falas aleijadas” evidencia que pessoas com deficiência podem e devem contribuir não só com questões de acessibilidade, mas com o desenvolvimento dos projetos expográficos como um todo. Apenas assim poderemos construir acessos reais, repensando não só as barreiras físicas, atitudinais e comunicacionais, mas também as epistemológicas e políticas que nos distanciam da potência e da diversidade DEF.

> Acessibilidade e cultura do acesso não se resumem a remover barreiras físicas, mas também tem a premissa de desafiar narrativas hegemônicas e, de tal forma, nossa presença e produções nos espaços culturais de modo basal e fundamentalizador, não para reescrever nossa história, e sim tomá-la, pois ela não pode e nem deve ser alterada ou apagada, mas deve ser reconhecida como dívida histórica assim como o racismo é. (Rubino, 2025, p.142).

Agradecimento

Agradeço a todos os profissionais que concederam entrevistas para a realização deste trabalho.

Referências

Almeida, Ana Julia Melo; Montuori, Bruna Ferreira; Nicoletti, Viviane Mattos; Santos, Maria Cecilia Loschiavo dos. (2020) *Por práticas relacionais no design.* Arcos Design, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 5–24

Alves, Z. M. M. B., & Silva, M. H. G. F. D. da. (1992). *Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta*. Paidéia (ribeirão Preto), (2), 61–69. https://doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007

Brasil. Lei 13.146 (2015). *Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Collins, Patricia Hill. (1997) *Comentário sobre o artigo de Hekman 'Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited': Onde está o poder?* Signs, v. 22, n. 2, p. 375-381. [Tradução de Juliana Borges]

Gomes, Ruthie Bonan; LOPES, Paula Helena; GESSER, Marivete; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. (2019) *"Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência"*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48155.

Lima, João Paulo. (2023) *Acessibilidade, corporeidades e interseccionalidades.* In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS (org.). Anais da ABRACE 2024. [S. l.: s. n.], p. 67.

Monteiro, Felipe. Entrevista concedida a Juliana Câmara. Rio de Janeiro, 7 de novembro 2025. Entrevista realizada para o projeto de pesquisa Design anticapacitista: exposições e acessibilidade na contemporaneidade, 2025.

Noronha, R. G. (2024) *Narrativas em design e gênero: crítica e especulação para futuros possíveis.* In Almeida, A. J. M; Flesler, G.; Santos, M. C. L.; Noronha, R. Design e gênero: experiências coletivas de ensino. São Luís: EDUFMA

Pereira, Ray. (2009) *Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão. História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n.3 p.715-728.

Portella, Isabel. Entrevista concedida a Juliana Câmara. Rio de Janeiro, 15 de novembro 2025. Entrevista realizada para o projeto de pesquisa Design anticapacitista: exposições e acessibilidade na contemporaneidade, 2025.

Ribeiro, Djamila. (2017) *O que é: lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando

Rubino, C. (2025) *Cercadinho PCD: reflexões acerca do paradoxo da inclusão nas ações culturais.* Revista Aspas, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 139-154. DOI: 10.11606/issn.2238-3999.v15i1p139-154.

Souza, Danilo. Entrevista concedida a Juliana Câmara. Rio de Janeiro, 4 de novembro 2025. Entrevista realizada para o projeto de pesquisa Design anticapacitista: exposições e acessibilidade na contemporaneidade, 2025.

Sobre a autora

Juliana Câmara Silveira, Mestranda, Esdi/UERJ, Brasil <jcamara@esdi.uerj.br>